



Mobilização da América Latina para desafiar a cúpula da ONU e garantir a soberania alimentar dos povos

Obs: Disponível em <https://www.foodsystems4people.org/movilizacion-de-la-america-latina-para-desafiar-la-cumbre-de-sistemas-alimentarios-de-la-onu-y-reclamar-la-soberania-de-los-pueblos-sobre-los-sistemas-alimentarios/?lang=es>

Declaração política

22 e 23 de julho de 2021

Participamos na Mobilização Latino-Americana para desafiar a Cimeira dos Sistemas Alimentares da ONU e para recuperar a soberania dos povos em defesa da democracia na nossa região e nos nossos países. Os nossos líderes, defensores dos direitos, jovens, negros, povos indígenas e comunidades tradicionais foram assassinados por omissão do Estado, violência política e policial.

1. PROBLEMAS E DESAFIOS

1.1. Sobre governação e poder de decisão a níveis chave:

- A governança está cada vez mais nas mãos do setor privado/empresarial, a nível internacional, nacional e subnacional. Este sistema é antropocêntrico, androcêntrico e heteropatriarcal.
- A nível internacional, vários funcionários e instâncias do Sistema de Direitos Humanos facilitaram este processo, o que é exemplo claro a Cúpula do Sistema Alimentar, à qual nos opomos.
- Esta perda de governação ocorre através de mecanismos de captura corporativa, o que nada mais é do que, por exemplo, facilitar a narrativa de múltiplas partes interessadas.
- As empresas agro-alimentares, incluindo as empresas de pesticidas, têm sido fundamentais para este processo de captura, como demonstra o acordo FAO/Croplife.
- Destacam-se alguns elementos comuns nesta Cimeira, incluindo os seguintes: a incivilização ou depreciação da RH; as causas reais por detrás das múltiplas crises (climática, económica, alimentar, sanitária) são ignoradas, pois derivam do próprio



modelo; as "soluções" são falsas e inadequadas, ao mesmo tempo que funcionais ao sistema alimentar hegemônico e ao modelo neoliberal; evidente cooptação e captura de propostas que temos vindo a defender há décadas; o apoio pseudo-científico de propostas empresariais, baseadas em cientistas ou grupos científicos com conflitos de interesse; as soluções reais resultantes de comunidades ou processos de geração de conhecimento não corporativos (conhecimento tradicional e científico sem conflitos de interesse) são totalmente ignoradas ou ignoradas, e a procura de alargar a divisão entre países produtores e países dependentes.

1.2 Sobre alimentos, titulares de direitos, processos, territórios e o planeta:

- Existe uma convergência crescente de múltiplas formas de violação do Direito à Alimentação e da soberania alimentar no mundo: i) subnutrição, fome oculta, desnutrição, doenças crônicas não transmissíveis, etc. ii) expropriação, concentração e destruição de bens comuns tais como terra, água, alimentos, sementes, entre outros; iii) aumento da deslocação e criminalização quer como consequência do extrativismo, pobreza, conflitos ou ausência de apoio às comunidades e povos rurais; iv) expansão das dietas empresariais; v) desencorajamento estatal da produção e consumo reais de alimentos e aumento da importação e dependência alimentar; vi) aumento da utilização de agrotóxicos (incluindo Pesticidas Altamente Perigosos) que anda a par com a ausência de controlo estatal, a consolidação de um mercado oligopolista e a captura de agências reguladoras.

- A pandemia alterou a dinâmica de acesso aos alimentos e foi explorada pelo setor industrial para consolidar os seus interesses. O Sistema Alimentar hegemônico, defendido pela Cimeira, inviabiliza a vida e a sobrevivência no planeta.

1.3 Sobre o papel dos Estados e a gestão de crises globais:

- Os nossos países têm fraquezas estruturais para poderem garantir a disponibilidade de alimentos, incluindo alimentos seguros. A questão alimentar é utilizada como um instrumento de manipulação política pelas classes dominantes.

- As políticas de bem-estar são inadequadas, insuficientes e parecem jogar mais a favor da indústria.

- O intervencionismo humanitário e a ajuda alimentar são utilizados como armas e aumentam com cada crise.



- As empresas, tendo alguns Estados como cúmplices, conseguem cada vez mais boicotar iniciativas legislativas ou políticas públicas que emergem de organizações.

1.4. Sobre a cooptação de empresas:

- Temos áreas que o sector privado tem vindo a forçar a captura. Modelos empresariais; advocacia legal e ilegal; mecanismos de governação tais como conselhos municipais e estatais, o sector privado quer ocupar espaços da sociedade civil.

Interferência empresarial a nível nacional, mas também a nível local e subnacional. As empresas estão a exercer muita pressão sobre os municípios e os governos estaduais e provinciais, o que constitui uma grande ameaça aos direitos. Em alguns países, o governo está sendo um importante facilitador da captura de empresas.

- Existem fortes processos de captura corporativos para parar qualquer política, regulamentação para melhorar a alimentação - escolar, rotulagem nutricional, ataque às orientações alimentares.

- A cooptação corporativa está presente em espaços de comercialização de alimentos. As empresas influenciam os preços dos alimentos, fornecimento, distribuição e comercialização. Ou o que implica a restrição do acesso a alimentos saudáveis.

- Os incentivos fiscais e o crédito subsidiado são uma parte importante do modelo empresarial e de lucro das grandes empresas.

- Políticas macroeconômicas, políticas fiscais, mercado financeiro, financeirização da produção alimentar, entre outras, são questões-chave para compreender e abordar a captura corporativa de sistemas alimentares.

- Algumas organizações da sociedade civil são cooptadas por empresas que investem dinheiro para criar uma agenda para apoiar as agendas empresariais. Noutros casos, as organizações não governamentais são criadas por empresas com elevado impacto social e ambiental como forma de compensação por danos. Finalmente, é necessário denunciar as organizações da sociedade civil que são criminalizadas por governos e empresas.

- Todas as políticas devem ser construídas pelos titulares de direitos. Não se pode permitir que as empresas, o sector privado, sejam responsáveis pela construção de políticas.

2. RECOMENDAÇÕES:



2.1 Reforçar a unidade e as alianças das nossas organizações e entre as organizações sociais e os diferentes movimentos.

- Necessidade de reforçar os espaços de participação social, para evitar a presença de corporações. Ao mesmo tempo, utilizar estes espaços para controlar estas entidades privadas.
- Reforçar os espaços de formação popular nas cidades para os conselheiros de participação e controle social, tais como os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Acompanhar a reconstrução ou reforço de processos e organizações que foram afetadas (devido ao enfraquecimento organizacional, impactos económicos, morte de líderes) pela pandemia.

2.2 Há uma necessidade urgente de **continuar a posicionar-se politicamente e na construção prática do dia-a-dia:**

- Organizar para ocupar os espaços de governação onde hoje em dia o sector privado tem o papel principal.
- O debate sobre a reforma agrária e os direitos dos povos ancestrais à terra sempre esteve presente após mais de 500 anos de colonização, despossessão e concentração de terras. Este debate hoje, mais do que nunca, está diretamente relacionado com o direito à terra como consequência da concentração e despossessão que as corporações do agronegócio têm vindo a realizar contra os povos indígenas e camponeses; mas também porque é necessário reconhecer o trabalho realizado pelas mulheres. A reforma agrária, popular e agroecológica global, tem de mudar a relação dos seres humanos com a terra e numa perspectiva feminista, repensando as relações de género e reconhecendo a dimensão do cuidado.
- Defender a **produção camponesa** para o comércio local e diversificado, a agricultura familiar e camponesa, a agroecologia como horizonte de luta, os circuitos curtos, as compras públicas e a redução ao mínimo da intermediação. Todos estes são elementos fundamentais para garantir o bem-estar das populações rurais e urbanas e para ultrapassar situações de crise.
- Garantia de consulta livre, prévia e informada aos camponeses (Convenção 169 da OIT).



- Implementação de ferramentas como a loja de campo (organizada pelo MST, população rural) e restaurante popular como forma de combater a insegurança alimentar nas aldeias e na cidade. Encontrar formas de distribuir alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar e agroecologia.
- Os atores urbanos que ajudam na produção de alimentos são muito importantes, ainda mais no contexto da COVID-19. É importante envolver novos atores em sistemas de produção alimentar saudáveis e agroecológicos.
- É importante **reforçar a luta contra os produtos ultraprocessados**. O consumo de produtos ultraprocessados está diretamente ligado ao aumento da obesidade, doenças crônicas não transmissíveis, cancro e depressão. Além disso, há investigações que mostram a presença de pesticidas nos mesmos.
- Reforçar as políticas que desencorajam o consumo de alimentos pouco saudáveis, tais como impostos mais elevados sobre as bebidas açucaradas.

2.3 Reforçar os **processos de educação, formação, educação alimentar e disseminação comunitária do conhecimento**, incluindo o relacionado com a Cúpula e os interesses subjacentes, tais como a troca de experiências e a sabedoria rural:

- Educar as novas gerações sobre a importância da agricultura camponesa na produção de alimentos limpos e saudáveis.
- Fornecer às comunidades informações, incluindo propostas ou passos de ação, sobre os aspectos problemáticos da Cimeira.

Fazer compreender da forma mais pedagógica possível questões complexas como a digitalização, a financeirização e as falsas soluções para a fome. Se não for gerada resistência com base numa formação adequada, será mais fácil para os estados e empresas posicionarem as suas apostas.

- Divulgar a Declaração dos Direitos dos Camponeses, a fim de gerar processos de aplicabilidade.
- Promover e/ou melhorar os processos de formação e educação alimentar e nutricional que têm uma perspectiva SOBAL.
- Formação sobre o que é a captura corporativa, as suas manifestações e os riscos que representa para a democracia e os sistemas alimentares tradicionais, tais como: digitalização, financeirização e falsas soluções para a fome. Se não gerar resistência



baseada em formação adequada, será mais fácil para os estados e corporações posicionarem as suas apostas.

- Informar mais amplamente sobre o que é a dieta corporativa, como abordá-la, que ações podem ser tomadas para reduzir os seus impactos e reforçar a produção e consumo de alimentos reais, bem como para gerar ambientes alimentares adequados.
- A educação nutricional é a chave para combater a obesidade. É necessário levar informação e formação para os cantos, fornecer informação às pessoas e capacitá-las no processo.
- Os meios de comunicação social e a divulgação de alimentos não saudáveis como alimentos saudáveis precisam de ser limitados.

2.4 Há uma necessidade urgente de **estabelecer redes de conhecimento e corretores de conhecimento.**

- É necessário incluir tanto aqueles que os geram a partir dos territórios e comunidades, como aqueles que pesquisam, livres de conflitos de interesse, a partir de espaços formais e/ou académicos. Estas redes são fundamentais para ajudar a perturbar e confrontar, nos territórios e espaços de decisão, cientistas e tecnocratas que se assemelham ao poder empresarial.
- Manter ou expandir redes que tenham sido organizadas em alguns países ou a nível hemisférico para defender SOBAL: redes interdisciplinares de académicos, advogados e cientistas em ciências aplicadas.
- Ampliar o debate sobre a utilização da ciência e da tecnologia, e como devem ser exigidos para servir as pessoas, os direitos humanos e a preservação do planeta.
- Reforçar a relação dos povos com as comunidades académicas: acrescentar o conhecimento tradicional ao conhecimento científico em busca de um modelo mais saudável.

2.6 Reforçar a **advocacia e a monitoramento:**

- Monitorizar processos de captura de empresas, denunciá-los e tomar diferentes tipos de ações: judiciais, de comunicação, de mobilização.
- Manter a vigilância sobre os ACL e como estes afetam soberania alimentar, o direito à alimentação e outros direitos relacionados.



- Identificar os elementos mais perigosos derivados da Cimeira, com potencial para se tornarem orientações políticas, e monitorizar a forma como estas começam a ser implementadas nos nossos países. Numa base caso a caso, implementar ações de resistência adequadas.
- Monitorar como os processos de digitalização, financeirização e falsas soluções começam a ser implementados nos nossos países, identificar padrões e atores comuns, e construir uma estratégia de resistência correspondente.
- Promover ações legais (porque não articuladas a nível regional) sobre questões tais como: danos devidos à utilização de agrotóxicos, casos de violação do direito à alimentação, luta contra a publicidade e consumo de produtos alimentares ultra-processados, ações contra processos de captura ou interferência da indústria destinadas a boicotar normas ou leis favoráveis ao direito à alimentação, SOBAL e saúde pública.
- Reforçar diferentes territórios no sentido de reforçar o poder do Estado através de instrumentos legais, procurando as sanções das leis.
- Estabelecer processos para condenar judicialmente as empresas. As empresas que devem dinheiro aos governos e prejudicam os direitos sociais e ambientais precisam ser levadas à justiça.
- Criação de um fundo soberano de riqueza a partir de multas a empresas que causam danos à natureza e à sociedade e colaboram para manter influências negativas nos sistemas alimentares.

2.7 Aprofundar o debate sobre políticas fiscais, políticas financeiras:

- A importância de construir uma perspectiva das organizações que lutam pela soberania alimentar e nutricional e também sobre a governação económica global e o sistema financeiro. Precisamos de refletir sobre políticas macroeconómicas, políticas fiscais, mercados financeiros, e a financeirização dos alimentos. Estas são questões fundamentais para compreender e enfrentar a captura corporativa de sistemas alimentares. Se o sector privado se organiza para ocupar os nossos espaços de governação dos sistemas alimentares, uma boa resposta é organizar-se para ocupar os espaços de governação económica onde o sector privado desempenha atualmente o papel principal.